

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.471.749 - CE (2019/0087128-4)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
AGRAVANTE : RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA SOBRINHO
ADVOGADO : PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO - CE003183
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APROPRIAÇÃO LESÃO CORPORAL CULPOSA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. OCORRÊNCIA. DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL ENTRE OS FATOS E O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. FATO ANTERIOR À ALTERAÇÃO LEGISLATIVA N. 12.234/2010. **RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.** VIOLAÇÃO AO ART. 45 DO CP. PRETENSÃO RECURSAL PREJUDICADA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NA EXTENSÃO, DAR PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA SOBRINHO**, em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**.

Conta dos autos que o juízo singular condenou o ora agravante como incurso nas sanções do art. 303, parágrafo único, remissão ao artigo 302, parágrafo único, inciso III, ambos da Lei n. 9.503/97, à pena de **02 (dois) anos de reclusão e 08 (oito) meses de detenção**, em regime aberto, acrescidos de pagamento de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) de reparação dos danos, sendo substituída a pena corporal por 02 (duas) restritivas de direitos (fls. 592-593).

O eg. Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso da Defesa, para reduzir a reprimenda para **08 (oito) meses de detenção, em regime aberto**, substituindo-a por 01 (uma) pena de multa e mantendo as demais cominações da sentença, bem como excluindo o pagamento da reparação de danos (fls. 662-674):

"PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL.

ARTIGO 303, PARÁGRAFO ÚNICO COM REMISSÃO DO ARTIGO 302, INCISO III DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. LESÃO CORPORAL CULPOSA. ABSOLVIÇÃO E, ALTERNATIVAMENTE, PELA RETIRADA DA CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ART.302, §1, INCISO III. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA. RÉU EVADIU-SE DO LOCAL SEM PRESTAR SOCORRO. EXCLUSÃO DA REPARAÇÃO CIVIL. REPARAÇÃO CIVIL FIXADA SEM PEDIDO EXPRESSO DA VÍTIMA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RETIRADA QUE SE IMPÕE. REFORMA DA DOSIMETRIA DA PENA. DESACERTO NA FIXAÇÃO DA PENA BASE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Não se pode acolher o pleito de absolvição quando o contexto de provas é firme no sentido em demonstrar a autoria do delito culposo.

2.Havendo, pois, comprovação nos autos que o réu foi omissor, observa-se que o mesmo se insere na previsão do art.302, inciso III, do CTB não merecendo reproche quanto a retirada da causa de aumento.

3.Para que seja fixado na sentença o início da reparação civil, com base no art.387, inciso IV, do Código de Processo Penal, deve haver pedido expresso do ofendido ou do Ministério Público e ser oportunizado o contraditório ao réu, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa, razão pela qual sou por sua exclusão.

4. O magistrado a quo foi claro ao fixar a pena-base no mínimo legal, entretanto, laborou em equívoco ao dosá-la em dois anos, que seria o mínimo legal previsto para o art. 302 e não para o art.303, cuja pena mínima é de 06(seis) meses de detenção.

5. Recurso conhecido e parcialmente provido."

No **recurso especial**, interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, a Defesa alegou violação: **i)** ao art. 45, § 1º, do Código Penal, alegando que o acórdão restou silente quanto à fundamentação da exasperação da prestação pecuniária em patamar superior ao mínimo; e **ii)** ao art. 110, do Código Penal, ao argumento de que passaram-se mais de 05 (cinco) anos da data dos fatos até o recebimento da denúncia, muito embora o prazo da prescrição fosse de apenas 02 (dois) anos, conforme a legislação em vigor à época dos fatos.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 700-705), nas quais o Ministério Público Estadual indicou que nada teria a opor quanto à decretação da extinção da punibilidade, sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na aplicação da Súmula 211/STJ, diante da ausência de prequestionamento.

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão.

O Ministério Público Federal opinou pelo **parcial provimento** do agravo em recurso especial, para que seja reconhecida a extinção da punibilidade, diante da prescrição da pretensão punitiva (fls. 761-762).

É o relatório.

Decido.

Tendo em vista os argumentos expendidos pela parte agravante para refutar os fundamentos da decisão de admissibilidade da origem, **conheço do agravo e passo a examinar o recurso especial.**

Busca a parte recorrente, inicialmente, nas suas razões recursais, seja reconhecida a prescrição da pretensão punitiva, em relação ao delito previsto no artigo 303 do CTB.

A Defesa aduz que "*De olho na pena em concreto fixada, qual seja, 08 meses, imperioso destacar que a prescrição para pretensão punitiva no caso seria de 02 (dois) anos, cumprindo registrar que os fatos se deram antes da entrada em vigor da Lei 12.234/2010 em 06 de maio de 2010, sendo cediço que neste caso, a pena em concreto retroage até a data do delito, observe [...].*" (fl. 686).

E, assim, postula o que segue: "*Nesta toada, roga-se pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, uma vez que da data dos fatos, 25/10/2009 até o recebimento da denúncia, aos dias 26/11/2014, passaram-se mais de 05 anos, quando o prazo da prescrição seria de apenas 02 anos, conforme legislação em vigor à época dos fatos.*" (fl. 688)

Na hipótese, os fatos ocorreram em 2009 (fl. 589), anteriormente,

portanto, às mudanças ocorridas na legislação penal pela Lei n. 12.234/2010, de forma que é aplicável a previsão anterior, mais benéfica, do § 2º do art. 110 do Código Penal, segundo a qual a prescrição pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.

Nessa toada:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ALEGADA OMISSÃO NA DECLARAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL ENTRE OS FATOS E O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. Pelo teor do enunciado n. 497 da Súmula deste Tribunal, quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando os acréscimos oriundos do reconhecimento da continuidade delitiva.

2. Os fatos ocorreram em 2009, anteriormente, portanto, às mudanças ocorridas na legislação penal pela Lei n. 12.234/2010, de forma que lhes é aplicável a previsão anterior, mais benéfica, do § 2º do art. 110 do Código Penal, segundo a qual a prescrição pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.

3. Na espécie, houve a concessão da ordem de ofício, por esta Quinta Turma, para reduzir a pena-base aplicada para 1 ano e 10 meses de reclusão, mais 18 dias-multa, à qual foram acrescidos 2/3, pela continuidade delitiva, resultando em uma pena final de 3 anos e 20 dias de reclusão, mais pagamento de 30 dias-multa. Considerando-se a pena imposta - 1 ano e 10 meses -, excluído o aumento pela continuidade delitiva, a prescrição da pretensão punitiva ocorrerá em 4 anos, a teor do disposto no art. 109, inciso V, do Código Penal, a qual foi implementada, tendo em vista o decurso de 6 anos entre a data dos fatos e o recebimento da denúncia.

3. Embargos de declaração acolhidos para declarar a extinção da pretensão punitiva do paciente, no que se refere ao delito previsto no art. 171, caput, do Código Penal, nos autos da Ação Penal n.0069669-78.2009.8.26.0050." (EDcl no HC 450.447/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 19/12/2018)

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECONHECIMENTO.

1. Consoante dispõe o art. 110, § 1º, do Código

Penal, "a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa" (redação dada pela Lei n. 12.234/2010).

2. No caso, considerando que, entre o dia do recebimento da denúncia (5/2/2003, conforme e-STJ fl. 157) e a data da prolação do acórdão condenatório (22/2/2016, e-STJ fl. 236), transcorreu prazo superior a 12 anos, é forçoso reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal, na modalidade retroativa.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1002435/BA, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, DJe 24/05/2019)

Desta feita, considerando a pena imposta – 8 (oito) meses –, a prescrição da pretensão punitiva ocorre em 2 (dois) anos, a teor do disposto no art. 109, inciso VI, do Código Penal, com redação anterior à Lei n. 12.234/2010, a qual foi implementada, tendo em vista o decurso de 5 (cinco) anos entre a data dos fatos (25/10/2009 - fl. 589) e o recebimento da denúncia (31/03/2015 - fl. 501).

Ademais, com relação a suposta violação do artigo ao art. 45, § inciso I, do Código Penal, **não conheço** do recurso especial, porquanto prejudicado.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, incisos I e II, alínea c, do Regimento Interno do STJ, **conheço do agravo para conhecer em parte do especial e, na extensão, dar provimento, para declarar extinta a punibilidade** de RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA SOBRINHO, em relação ao delito previsto no art. 303 do CTB, tratado nestes autos, nos termos do **art. 109, inciso VI, e art. 110, §§ 1º e 2º, do Código Penal, com a redação anterior à Lei n. 12.234/2010.**

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

